

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

EDITAL EQT N° 2/2023



QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL (QTG)

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

PROVA: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL (QTG)**QUESTÕES OBJETIVAS****Questão 01**

De acordo com a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, analise as afirmativas a seguir.

- I. Abster-se de expressar argumentos ou dar conhecimento de sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas.
- II. Reter livros, papéis ou documentos, inclusive arquivos eletrônicos, para que o cliente quite os honorários atrasados.
- III. Renunciar a liberdade profissional, devendo evitar quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e a correção de seu trabalho.
- IV. Publicar ou distribuir, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual tenha participado.

É vedado ao contador o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

Questão 02

De acordo com Cardoso e Amorim (2023), o *marketing* digital é um fenômeno mundial de divulgação de produtos ou serviços na *Internet*, sendo as redes sociais utilizadas como ferramentas para sua promoção, por serem o meio de comunicação mais difundido do mundo. Os autores apontam ainda que, apesar da existência de milhares de escritórios de contabilidade no Brasil, aparentemente poucos deles se utilizam dessa ferramenta. Essa constatação pode ser justificada pelo rigor do Código de Ética do Contador quanto às estratégias mercadológicas em relação aos serviços contábeis.

(CARDOSO, Maxsuel Junior; AMORIM, Dênia Aparecida de. *A importância do marketing digital nos escritórios de contabilidade*. GETEC, v. 12, nº 39, p. 145-162, julho/2023.)

Sobre o valor e a publicidade dos serviços profissionais, assinale a afirmativa correta.

- A) O contador deverá estabelecer o valor dos serviços em suas propostas, considerando a possibilidade de resultado ilícito que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.
- B) A publicidade, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, dos serviços contábeis, deverá primar pela sua natureza técnica e científica, sendo vedada prática da mercantilização.
- C) Sendo aceita a proposta apresentada, deverá ser firmado o acordo, verbalmente ou por escrito, para a prestação dos serviços, respeitando o disposto em legislação específica do CFC.
- D) A publicidade de serviços contábeis que não atenda aos requisitos do Código de Ética constitui infração ética, podendo o profissional responsável ser punido com advertência reservada ou advertência pública.
- E) A publicidade dos serviços contábeis deverá ter caráter meramente informativo, sendo permitido destacar informações como valores mais competitivos no mercado e maior experiência do que a concorrência, por exemplo.

Questão 03

A revisão externa de qualidade pelos pares constitui-se em processo de acompanhamento do controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores independentes, com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos de auditoria e asseguarão desenvolvidos. A revisão deverá ser organizada para permitir que o revisor emita a sua opinião sobre o sistema de controle de qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelo revisado no período coberto pela revisão. Assim, considerando a importância do acompanhamento do controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e firmas de auditoria, analise as afirmativas a seguir.

- I. O relatório da revisão pelos pares pode ser de quatro tipos, quais sejam: relatório de revisão de sistema de qualidade adequado; relatório de revisão de sistema de qualidade com deficiências; relatório de revisão de sistema de qualidade inadequado; e, relatório de revisão do sistema de qualidade com limitação de escopo ao trabalho do revisor.
- II. Quando o revisado não concordar com a seleção de determinado cliente para revisão, por motivos justificáveis, tais como a existência de litígio, ou pela negativa do seu cliente em autorizar a revisão dos papéis de trabalho, a equipe revisora deverá avaliar e documentar as razões apresentadas pelo revisado para justificar essa exclusão.
- III. A revisão deve abranger, exclusivamente, aspectos de atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, quando aplicável, a outras normas emitidas por órgão regulador.
- IV. Os membros da equipe revisora podem possuir investimentos ou grau de parentesco com executivos em posições-chave nos clientes do revisado, bem como participar do processo de revisão destes clientes.

Considerando, exclusivamente, as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PA 11, que dispõe sobre a revisão externa de qualidade pelos pares, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

Questão 04

Analise as seguintes informações distintas:

- **Informação 1:** uma firma de auditoria atua no mercado com uma base inicial de clientes ainda pequena; porém, com expectativa de crescimento no longo prazo. Por ser nova no mercado, o total de honorários gerados de um de seus clientes de asseguarção (cliente A) representa grande proporção do total de honorários da firma gerado a partir de outros clientes. A firma tem se empenhado em concluir o trabalho de asseguarção realizado no cliente A, mas, ainda assim, tem grande preocupação em perdê-lo.
- **Informação 2:** uma firma de auditoria, durante o trabalho de asseguarção no cliente B, constata a existência de algumas posições contrárias entre um dos integrantes da equipe de asseguarção e uma pessoa-chave da administração do cliente B. A firma constatou que tais posições contrárias podem resultar em litígio entre esse integrante da equipe de asseguarção e a pessoa-chave do cliente. Outrossim, tais posições contrárias têm materialidade para afetar a disposição da administração do cliente B em fazer divulgações completas de todos os aspectos relacionados à operação de asseguarção.
- **Informação 3:** um integrante da equipe de asseguarção de uma firma de auditoria é familiar de um empregado do cliente (cliente C) em que está ocorrendo o trabalho de asseguarção. Dados obtidos indicam que o grau familiar é distante e o empregado do cliente C não está (ou permaneceu) em posição de exercer influência significativa sobre o objeto do trabalho de asseguarção. A firma de auditoria, ao estruturar as responsabilidades da equipe de asseguarção, manteve o integrante da equipe de forma que ele não trate de quaisquer assuntos que possam ser de responsabilidade e/ou interesse desse familiar.

Considerando, exclusivamente, as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PO 900, que dispõe sobre a independência para trabalho de asseguarção diferente de auditoria e revisão, assinale a afirmativa correta.

- Na informação 3, existem circunstâncias evidentes de ameaças de interesse próprio ou de intimidação.
- Na informação 1, não existem circunstâncias evidentes que podem criar ameaças de interesse próprio ou de intimidação.
- Nas informações 1 e 2, existem circunstâncias evidentes que podem criar ameaças à independência do trabalho de asseguarção.
- Nas informações 1 e 3, existem circunstâncias evidentes que podem criar ameaças à independência do trabalho de asseguarção.
- Na informação 2, não existem circunstâncias evidentes que podem criar ameaças de interesse próprio ou de intimidação, pois as ameaças de litígio são particulares entre o integrante da equipe de asseguarção e a pessoa-chave do cliente.

Questão 05

É exigido que a firma de auditoria atue com independência ao realizar trabalhos de auditoria e revisão; porém, violações podem ocorrer apesar da firma possuir políticas e procedimentos elaborados para fornecer segurança razoável de que a independência está mantida. De acordo com a NBC PA 400, a importância da violação e do seu impacto na objetividade e na capacidade da firma de emitir relatório de auditoria dependerá de fatores como: a natureza e duração da violação, do número e natureza das violações anteriores referentes ao trabalho de auditoria atual, se a pessoa que gerou a violação é membro da equipe de auditoria ou outra pessoa sujeita aos requisitos de independência, dentre outros fatores. Considerando, exclusivamente, as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PA 400, que dispõe sobre a independência para trabalho de auditoria e revisão, analise as afirmativas a seguir.

- Para mitigar a importância da violação de disposição de independência, quando a firma de auditoria identifica uma violação, ela pode manter as pessoas relevantes da equipe de auditoria envolvidas com a violação; porém, promovendo-as a uma posição superior.
- Dependendo da importância da violação de disposição de independência, a firma de auditoria poderá recomendar que o cliente de auditoria contrate outra firma para revisar ou refazer o trabalho de auditoria afetado na extensão necessária.
- Se a violação de disposição de independência ocorreu antes da emissão do relatório de auditoria anterior, a firma de auditoria deverá cumprir com as disposições da NBC PA 400 na avaliação da importância da violação e do seu impacto na objetividade e na capacidade da firma de emitir o relatório de auditoria no período atual.
- Se a firma de auditoria determinar que nenhuma ação possa ser tomada para tratar as consequências da violação de disposição de independência de forma satisfatória, ela deverá informar os responsáveis pela governança assim que possível e tomar as providências necessárias para terminar o trabalho de auditoria em cumprimento com os requisitos legais ou regulatórios aplicáveis. Caso as leis ou os regulamentos não permitirem terminar o trabalho, a firma deverá cumprir com todos os requisitos de apresentação de relatório ou divulgação.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I, apenas.
- III, apenas.
- II e III, apenas.
- II, III e IV, apenas.

Questão 06

Existem eventos ou condições que, individual ou coletivamente, podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional. O apêndice da norma NBC TA 570 – Continuidade Operacional, elenca uma série de exemplos dos eventos ou condições, classificando-os como financeiros, operacionais, dentre outros. São considerados exemplos ou condições que, individual ou coletivamente, podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade da entidade de manter sua continuidade operacional apenas:

- A) Dificuldades trabalhistas; intenções da administração de liquidar a entidade ou cessar as operações; distribuição adicional de dividendos.
- B) Perda de pessoal-chave da administração sem reposição; escassez de suprimentos importantes; desaparecimento de concorrente altamente competitivo.
- C) Principais índices financeiros adversos; perda de mercado e clientes importantes, franquia, licença, ou principais fornecedores; antecipação do pagamento de credores.
- D) Incapacidade de pagar credores nas datas de vencimento; incapacidade de cumprir com os termos contratuais de empréstimo; contratação de seguros contra catástrofe.
- E) Patrimônio líquido negativo ou capital circulante líquido negativo; fluxos de caixa operacionais negativos indicados por demonstrações contábeis históricas ou prospectivas; prejuízos operacionais significativos ou deterioração considerável do valor dos ativos empregados para gerar fluxos de caixa.

Questão 07

Segundo a NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, critérios são referências empregadas para mensurar ou avaliar o objeto. São requeridos critérios adequados para mensuração ou avaliação razoável consistente com o objeto dentro do contexto do julgamento profissional e sem critérios adequados, qualquer conclusão do profissional está sujeita a interpretação individual e a mal-entendidos. Critérios adequados apresentam uma série de características. São consideradas características dos critérios adequados para mensurar ou avaliar o objeto, EXCETO:

- A) Relevância: critérios relevantes resultam na informação do objeto que auxilia a tomada de decisões dos usuários previstos.
- B) Compreensibilidade: critérios compreensíveis resultam em informação do objeto que pode ser compreendida pelos usuários previstos.
- C) Neutralidade: critérios neutros resultam em informação do objeto que está livre de tendências como apropriado nas circunstâncias do trabalho.
- D) Síntese: critérios sintéticos, quando a informação do objeto é preparada de acordo com eles, sintetiza as informações gerais em detrimento de detalhes e minúcias.
- E) Confiabilidade: critérios confiáveis permitem a mensuração ou avaliação consistente de determinado objeto, incluindo, se relevante, apresentação e divulgação, quando usadas em circunstâncias similares por auditores independentes diferentes.

Questão 08

De acordo com a NBC TA 530 – Amostragem em auditoria, a amostragem em auditoria pode ser aplicada usando tanto a abordagem de amostragem não estatística quanto a estatística; o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido de modo que quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra. Assinale a afirmativa cujo enunciado NÃO está em conformidade com a normativa NBC TA 530 – Amostragem em auditoria.

- A) Pela amostragem não estatística, o julgamento é usado para selecionar os itens da amostra.
- B) Os principais métodos para selecionar amostras correspondem ao uso de depoimento pessoal, exibição de documento ou coisa e o testemunho.
- C) O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.
- D) Pela amostragem estatística, os itens da amostra são selecionados de modo que cada unidade de amostragem tenha uma probabilidade conhecida de ser selecionada.
- E) É importante que o auditor selecione uma amostra representativa, de modo a evitar tendenciosidade mediante a escolha de itens da amostra que tenham características típicas da população.

Questão 09

De acordo com a NBC TA 505 – Confirmações externas, os procedimentos de confirmação externa são frequentemente usados para confirmar ou solicitar informações relativas a saldos contábeis e seus elementos. Os fatores a serem considerados na elaboração de solicitações de confirmação incluem, EXCETO:

- A) Forma e apresentação da solicitação de confirmação.
- B) Tipologia da constituição jurídica da parte que confirma.
- C) Experiência anterior na auditoria ou trabalhos semelhantes.
- D) Riscos específicos de distorção relevante, que foram identificados, incluindo riscos de fraude.
- E) Capacidade de determinada parte que confirma em fornecer ou confirmar as informações solicitadas.

Questão 10

Para fins das normas de auditoria, de acordo com a norma NBC TA 706 – Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente, tais parágrafos têm significados distintos. É possível afirmar que o “parágrafo de outros assuntos” trata-se do parágrafo incluído

- A) no relatório do auditor referente a operações complexas afetadas por inflação e/ou câmbio que, na divulgação das demonstrações contábeis, necessitam de esclarecimentos adicionais.
- B) em nota explicativa referente a operações complexas afetadas por inflação e/ou câmbio que, quando da divulgação das demonstrações contábeis, necessitam de esclarecimentos adicionais.
- C) no relatório do auditor referente a um assunto apresentado nas demonstrações contábeis acerca de investimentos em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).
- D) no relatório do auditor referente a um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o julgamento, é de fundamental importância para o entendimento dos usuários das demonstrações contábeis.
- E) no relatório do auditor referente a um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações contábeis e que, de acordo com o julgamento, é relevante para os usuários entenderem a auditoria, as responsabilidades do auditor ou o seu relatório.

Questão 11

A legislação societária brasileira é regida pela Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, e pela Lei nº 11.638/2007, que altera esta última e estende suas disposições às sociedades de grande porte. Com base em tais normativas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A competência de escolher e destituir os auditores independentes cabe ao conselho fiscal, sendo as ações sujeitas a veto dos conselheiros eleitos.
- II. Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404/1976, e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na CVM.
- III. Compete ao conselho de administração analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.
- IV. Instalada a assembleia geral de uma companhia de capital aberto, se houver pedidos de esclarecimentos de acionistas, deverá estar presente o auditor independente e ao menos um dos administradores da companhia.

Considerando a legislação societária brasileira, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e III.
- E) I, III e IV.

Questão 12

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) estabelecem regras profissionais e técnicas, aplicadas ao contador mediante a execução de seu trabalho. Dentre as aplicáveis especificamente às funções desempenhadas pelo auditor, para além das NBC TA – Auditoria independente de informação contábil histórica, outras são aplicáveis como, por exemplo, as NBC TR – Revisão de informação contábil histórica. Dentre elas, a NBC TR 2400, de 25 de outubro de 2013, dispõe sobre trabalhos de revisão de demonstrações contábeis e trata da responsabilidade do auditor ao ser contratado para realizar revisão de demonstrações contábeis históricas, quando ele não for o auditor das demonstrações contábeis da entidade; e, da forma e conteúdo do relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis. Considerando a NBC TR 2400, assinale a afirmativa correta.

- A) A revisão das demonstrações contábeis históricas é um serviço de asseguarção razoável, como descrito na Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguarção.
- B) Como condições para aceitação do trabalho de revisão, o auditor deverá obter a concordância da administração que ela reconhece e compreende as suas responsabilidades.
- C) Para além dos trabalhos de revisão de demonstrações contábeis históricas, o alcance da normativa inclui também a revisão das informações contábeis intermediárias realizadas pelo próprio auditor da entidade.
- D) O sócio do trabalho é responsável pelo monitoramento projetado para fornecer segurança limitada de que as políticas da firma e os procedimentos relativos ao sistema de controle de qualidade são pertinentes, adequados e operam de forma eficaz.
- E) O auditor deverá determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo, aplicando-a na determinação dos procedimentos de revisão e na avaliação dos resultados obtidos com tais procedimentos, não devendo revê-la posteriormente.

Questão 13

As informações intermediárias são elaboradas e apresentadas de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável e incluem o conjunto completo ou condensado de demonstrações contábeis para um período menor do que o exercício financeiro da entidade. O auditor contratado para executar a revisão de tais informações deverá fazê-la de acordo com a Resolução CFC nº 1.274/2010 – NBC TR 2410. Sobre a revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade, estabelecida na NBC TR 2410, assinale a afirmativa correta.

- A) É planejada para obter segurança razoável de que as informações intermediárias não apresentam distorção relevante.
- B) O auditor deverá executar indagações, procedimentos analíticos e testes dos registros contábeis, por meio de inspeção, observação ou confirmação.
- C) O objetivo desse trabalho é permitir que o auditor expresse uma conclusão, caso tome conhecimento de alguma ressalva quanto às informações intermediárias.
- D) Fornece base para expressar uma opinião sobre as informações contábeis; se estão apresentadas adequadamente, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- E) O auditor não poderá executar, na época da revisão intermediária, procedimentos de auditoria que deveriam ser executados para fins de auditoria das demonstrações contábeis.

Questão 14

De acordo com a NBC TO 3000, no trabalho de asseguarção, o auditor independente objetiva obter evidências apropriadas e suficientes, a fim de expressar uma conclusão para aumentar o nível de confiança dos outros usuários, que não seja a parte responsável sobre a informação do objeto, compreendendo o resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto com base nos critérios aplicáveis. De acordo com a NBC TO 3000, que dispõe sobre trabalhos de asseguarção diferente de auditoria e revisão, são considerados trabalhos realizados por auditores independentes que podem ser classificados como trabalhos de asseguarção:

- A) De gerenciamento e consultoria tributária.
- B) De procedimentos previamente acordados.
- C) Para prestar declarações em processos judiciais sobre auditoria.
- D) Para prestar declarações em processos judiciais sobre contabilidade.
- E) Envolvendo obter segurança em relatórios de sustentabilidade elaborados pela administração da entidade sobre a sua atuação nesta área.

Questão 15

O relato integrado é um relato conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto de seu ambiente externo, levam a geração de valor a curto, médio e longo prazo. Tem como objetivos, por exemplo, melhorar a qualidade da informação disponível a provedores de capital financeiro; promover uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; aperfeiçoar a prestação de contas e a responsabilidade pela gestão da base abrangente de capitais; e, promover o entendimento de suas interdependências. Tendo em vista a importância do relato integrado e a condução do trabalho de asseguarção, o auditor independente deverá expressar conclusão:

- I. Com modificação, quando no seu julgamento profissional, informações quantitativas e qualitativas e não financeiras de natureza social, ambiental e de governança, estiverem distorcidas de forma considerável, devendo expressar uma conclusão com ressalvas, se os efeitos forem relevantes ou uma conclusão adversa, se os efeitos forem relevantes e generalizados.
- II. Sem modificação, quando, no seu julgamento profissional, existir uma limitação no alcance e o efeito do assunto que chegou ao seu conhecimento o leve a acreditar que as informações quantitativas e qualitativas e não financeiras de natureza social, ambiental e de governança estejam distorcidas de forma considerável e não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, conforme os critérios aplicáveis.
- III. Sem modificação quando ele concluir que, no caso de asseguarção limitada, com base nos procedimentos executados e nas evidências obtidas, nenhum assunto chegou ao seu conhecimento que o leve a acreditar que informações quantitativas e qualitativas e não financeiras de natureza social, ambiental e de governança não foram elaboradas, em todos os aspectos consideráveis, segundo os critérios aplicáveis.

Considerando, exclusivamente, as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade CTO 07, que trata da orientação aos auditores independentes para os trabalhos de asseguarção limitada das informações não financeiras contidas no relato integrado, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 16

Considerando, exclusivamente, a Resolução CFC nº 1.354/2011, que aprova a NBC TO 3402 – Relatórios de asseguarção de controles em organização prestadora de serviços, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Se o auditor não consegue obter evidência apropriada e suficiente para servir de base para sua opinião, esta deverá ser modificada e o seu relatório de asseguarção deverá conter descrição clara de todas as razões para a modificação.
- B) Se o auditor da organização prestadora de serviços concluir que a descrição desta organização não apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o seu sistema conforme projetado e implementado, ele deverá emitir opinião modificada em seu relatório de asseguarção.
- C) Se o auditor concluir que os controles relacionados com os objetivos de controles – especificados na descrição do sistema de controle da organização prestadora de serviços, não foram adequadamente projetados, em todos os aspectos relevantes, ele deverá emitir uma opinião sem ressalva em seu relatório de auditoria.
- D) Mesmo que o auditor da organização prestadora de serviços tenha expressado uma opinião adversa ou se abster de expressar uma opinião, pode ser apropriado descrever, no parágrafo, sobre a base para a modificação de opinião, as razões para quaisquer outros assuntos que ele está ciente e que requerem uma modificação da opinião e os respectivos efeitos.
- E) Ao se abster de expressar uma opinião em decorrência da limitação de alcance, não é normalmente apropriado identificar os procedimentos que foram realizados nem incluir declarações que descrevem as características do trabalho do auditor da organização prestadora de serviços. Conforme normativa, tal fato poderá ofuscar a abstenção de opinião.

Questão 17

Considerando, exclusivamente, a NBC TO 3000, que dispõe sobre trabalhos de asseguarção diferente de auditoria e revisão, e, ainda, que no trabalho de asseguarção o auditor independente formará a sua conclusão compreendendo o resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto com base nos critérios aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- A) No relatório de asseguarção, a conclusão do auditor independente deverá constar incorporada ao parágrafo de ênfase, haja vista que o texto utilizado deverá deixar claro que a ênfase modifica a conclusão do auditor independente.
- B) O auditor independente deverá expressar conclusão sem modificação quando ele concluir, em caso de trabalho de asseguarção limitada, que a informação do objeto foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, conforme os critérios aplicáveis.
- C) Se for constatado, após a aceitação do trabalho de asseguarção, que um ou todos os itens que serão mensurados ou avaliados não são apropriados, o auditor independente poderá continuar o trabalho; porém, deverá emitir uma conclusão sem ressalva.
- D) Em todos os casos em que uma segurança razoável ou limitada, conforme apropriado, não puder ser obtida e uma conclusão com ressalvas no relatório de asseguarção for insuficiente, o auditor independente deverá emitir uma conclusão sem ressalva para atender aos objetivos do cliente.
- E) O auditor independente deverá expressar uma conclusão com ressalvas quando, em seu julgamento profissional, os efeitos ou possíveis efeitos de um assunto não forem extremamente relevantes ou não estiverem disseminados de forma a requerer uma conclusão adversa ou abstenção de uma conclusão.

Questão 18

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) utiliza comunicados técnicos para orientar profissionais sobre procedimentos específicos. Neste aspecto, dentre os Comunicados Técnicos de Serviços Correlatos (CTSC), destacam-se os que abordam relatórios sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados, quais sejam: CTSC 02, para atendimento ao despacho nº 514/2012 da ANEEL; e, CTSC 03, referente ao termo de verificação para fins de substituição da ECD. Em relação aos CTSC, analise as afirmativas a seguir.

- I. Além do procedimento de substituição da ECD, o CTSC 03 abrange, também, outros documentos a serem entregues no âmbito do SPED, como a Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- II. Com a CTG 2001, o CFC passou a exigir assinatura por auditor independente no termo de verificação para fins de substituição da ECD, quando as demonstrações contábeis da entidade tiverem sido auditadas.
- III. O CTSC 02 orienta auditores independentes sobre procedimentos a serem executados e elaboração do relatório a ser empregado como suporte para os procedimentos de fiscalização conduzidos pela ANEEL.
- IV. O Relatório de Controle Patrimonial (RCP) passou a ter obrigatoriedade para as companhias fiscalizadas pela ANEEL; ele deverá ser acompanhado de relatório de auditores independentes relativo ao CTSC 02.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

Questão 19

Em abril de 2020, o *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* publicou o *International Standard on Related Services (ISRS) 4400*, sendo considerado base para a elaboração da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSC 4400, de 7 de outubro de 2021. Esta norma trata de trabalhos de procedimentos previamente determinados, definidos como um trabalho no qual o auditor é contratado para realizar procedimentos sobre os quais ele e a parte contratante (e, se relevante, outras partes) acordaram e, ainda, comunicar os procedimentos realizados e as constatações relacionadas no relatório de procedimentos previamente acordados. Sobre o trabalho de procedimentos previamente acordados, assinale a afirmativa correta.

- A) Trata-se de um trabalho de auditoria, envolvendo a obtenção de evidências por meio de procedimentos estabelecidos anteriormente com a parte contratante.
- B) Como qualquer trabalho de asseguarção, requer que o profissional verifique a exatidão e a integridade das informações fornecidas pela administração para a compilação.
- C) Aos resultados factuais dos procedimentos previamente acordados realizados dá-se o nome de constatações, que, segundo a norma, podem ser verificadas de forma objetiva.
- D) O sócio do trabalho deverá assumir a responsabilidade pela qualidade geral do trabalho de procedimentos previamente determinados, exceto quando se tratar de trabalho de especialista externo do auditor.
- E) Os objetivos do auditor nesse tipo de trabalho são: deliberar com a parte contratante os procedimentos; realizá-los; e, comunicar as constatações, expressando, necessariamente, uma opinião de auditoria ao final dos trabalhos.

Questão 20

Determinada empresa contratou uma firma de auditoria para realizar um trabalho de procedimentos previamente estabelecidos sobre divulgações nas demonstrações contábeis, mais precisamente nas notas explicativas. Sabe-se que o trabalho será realizado pelo sócio junto a uma equipe designada para tais procedimentos devido à adequação de sua competência e capacitação. Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) Quanto aos procedimentos relativos à avaliação de determinados ativos intangíveis, será necessário empregar um especialista externo, que passará a fazer parte da equipe de trabalho.
- B) Ainda que o sócio não acredite ser capaz de obter as informações necessárias para realizar os procedimentos, ele poderá aceitar o trabalho, pois confia na sua equipe que é suficientemente qualificada.
- C) No momento em que as partes estiverem ajustando os termos da carta de contratação, deverá ser declarado que o auditor é livre para fazer representações necessárias sobre adequação e procedimentos previamente contratados.
- D) No relatório de procedimentos previamente acordados, que será entregue à empresa, deverá ser incluída uma declaração de que a firma cujo, auditor é membro, aplica a NBC PA 01, ou regulamentos, que sejam, no mínimo, tão exigentes quanto.
- E) Mesmo que a firma de auditoria tenha dúvidas sobre os procedimentos solicitados pela empresa, se são apropriados ou não para a divulgação de informações em notas explicativas, o auditor poderá aceitar o encargo, pois, neste trabalho, o principal foco são os procedimentos em si.

Questão 21

A Norma Brasileira De Contabilidade – CTA 02, de 27 de fevereiro de 2015, que trata da emissão do relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estabelece os procedimentos sobre a adoção inicial das NBCs TG convergidas em 2009, e define que, no caso de adoção de nova política contábil, incluindo reclassificações, de forma retrospectiva, nos termos da NBC TG 23, a entidade deverá apresentar, no mínimo, três balanços patrimoniais e duas de cada uma das demais demonstrações contábeis, bem como as respectivas notas explicativas. “Os balanços patrimoniais a serem apresentados nesse caso devem ser os relativos a três datas específicas: ao _____ do período corrente; ao _____ do período anterior (que corresponde ao início do período corrente); e, ao _____ do mais antigo período comparativo apresentado.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) início / início / início
- B) início / término / início
- C) término / início / início
- D) término / término / início
- E) término / término / término

Questão 22

O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) determina que, para fins regulatórios, um conjunto completo de demonstrações contábeis seja apresentado de forma comparativa e acompanhado de notas explicativas. As demonstrações contábeis exigidas pelos MCSEs não são as mesmas que as exigidas pela Lei nº 6.404/1976 – sociedades por ações. Assinale, a seguir, uma demonstração contábil exigida pelo MCSE, mas não pela Lei nº 6.404/1976.

- A) Balanço patrimonial.
- B) Demonstração do resultado.
- C) Demonstração dos fluxos de caixa.
- D) Demonstração do valor adicionado.
- E) Demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Questão 23

A Norma Brasileira de Contabilidade CTA 25 (R1), de 11 de abril de 2019, dispõe sobre a orientação para a emissão do novo modelo de relatório do auditor independente e informa que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é obrigatória para fins da legislação societária brasileira somente para as companhias abertas. Por não ser uma demonstração obrigatória de acordo com as IFRS, deverá ser considerada uma informação suplementar para esta estrutura de relatório financeiro com tratamento específico. O tratamento específico a ser dado à DVA deverá ser mencionado em:

- A) Balanço social.
- B) Nota explicativa.
- C) Parágrafo de ênfase.
- D) Relatório de administração.
- E) Parágrafo de outros assuntos.

Questão 24

Os procedimentos determinados pela Norma Brasileira de Contabilidade CTA 30, de 17 de junho de 2021, quando a suspeita de não conformidade não é claramente inconsequente, são diferentes quando a suspeita de não conformidade é claramente inconsequente/irrelevante para a auditoria. A referida norma estabelece que quando o assunto relacionado à suspeita de não conformidade não for claramente inconsequente, o auditor deverá considerar certos aspectos e procedimentos em sua abordagem de auditoria; assinale-os.

- A) Suspeitas veiculadas pela imprensa.
- B) Violação intencional de leis e regulamentos.
- C) Entidade ou indivíduos na entidade sendo beneficiados.
- D) Potencial reflexo sobre a avaliação dos controles internos da entidade.
- E) Indivíduo com funções significativas no controle interno ou envolvido no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Questão 25

“Resultados do trabalho da auditoria interna”, “atividades da área de compliance da entidade”, “área de ética e independência da entidade” e “descobertas da administração e/ou dos responsáveis pela governança” são considerados fontes de

- A) informações sobre suspeita de não conformidade.
- B) orientações sobre procedimentos de confirmação externa.
- C) critérios utilizados para definir pesquisas sobre o objeto da investigação.
- D) subsídios para solicitar autorização da administração e/ou governança da entidade para aditivos no contrato de auditoria.
- E) garantias formais de que todos os casos de não conformidade ou suspeita de não conformidade foram divulgados ao auditor.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os textos das respostas das questões dissertativas serão avaliados quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados (demonstração de conhecimento aplicado) e da Língua Portuguesa aplicada.
- Para a avaliação, serão atribuídos, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo nos casos em que o examinando tenha solicitado condição especial e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas.
- As folhas de respostas dos textos definitivos das questões dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que as identifiquem em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação da resposta elaborada pelo examinando. Elas serão os únicos documentos válidos para a avaliação das questões dissertativas.
- As folhas para rascunho constantes no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não serão consideradas para fins de avaliação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora (nome, apelido, número de registro profissional, UF, dentre outros) na folha destinada à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

Questão 01

Antônio é auditor e está realizando uma auditoria para a empresa XR. No planejamento e na execução da auditoria, Antônio se deparou com uma recusa da administração em fornecer uma representação solicitada. Ele acredita que é razoável pensar que o documento omitido pela administração pode influenciar as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis como um todo. Porém, Antônio está em dúvida se deve levar em consideração tal recusa da administração na execução da auditoria.

De acordo com a NBC TA 200 (R1) – Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria, a NBC TA 500 (R1) – Evidência de auditoria, bem como a situação hipotética, disserte sobre: quais os objetivos gerais do auditor e como podem ser obtidas evidências de auditoria e, ainda, porque elas se constituem de item essencial ao processo de auditoria. Antônio deveria considerar a recusa da administração como uma evidência de auditoria? Por quê?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 02

A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TR 2400, trata da responsabilidade do auditor na condução dos trabalhos de revisão de demonstrações contábeis e desempenha papel primordial na asseguuração da qualidade dessas demonstrações. Na condução dos trabalhos de revisão de demonstrações contábeis, o auditor executa indagações e aplica procedimentos analíticos para obter evidências apropriadas e suficientes como base para expressar uma conclusão de conformidade com os requisitos da NBC TR 2400 sobre as demonstrações contábeis como um todo. O auditor, ao expressar sua conclusão no relatório, com base na obtenção de segurança limitada, incluirá uma descrição da natureza do trabalho de revisão, para que os leitores do relatório sejam capazes de entender a conclusão, aumentando, assim, o grau de confiança sobre a elaboração das demonstrações contábeis da entidade.

Considerando as informações apresentadas, bem como a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TR 2400 – Trabalhos de revisão de demonstrações contábeis, disserte, respondendo:

- A) Na formação da conclusão sobre a revisão da estrutura de relatório financeiro aplicável à elaboração das demonstrações contábeis, quais aspectos o auditor deverá avaliar e considerar para aumentar o grau de confiança sobre a elaboração de tais demonstrações?
- B) Quando o auditor deverá expressar uma conclusão sem modificação no seu relatório de revisão das demonstrações contábeis? Nos casos em que o auditor determinar que as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes, como deverá expressar sua conclusão no relatório de revisão?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



CFC



CFC



CFC

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica em material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. No ingresso na sala de aplicação de provas, os examinandos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os examinandos nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo, bem como equipamentos eletrônicos e/ou de comunicação, dentre eles: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pen drive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou pulseiras magnéticas e/ou similares, carteiras etc. O Instituto Consulplan não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados. No caso de o examinando, durante a realização das provas, ser surpreendido portando/utilizando quaisquer objetos ou aparelhos eletrônicos citados, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o examinando será ELIMINADO, automaticamente, do Exame.
2. Será admitido o uso de máquina calculadora desde que não permita o armazenamento de texto.
3. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas).
4. O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha e 2 (duas) questões dissertativas. Ao receber o material de realização das provas, o examinando deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde a sua área de conhecimento pleiteada, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o examinando deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma única resposta correta de acordo com o enunciado da questão. Para cada questão haverá, no Cartão de Respostas, cinco campos de marcações (A, B, C, D e E).
6. No dia da aplicação das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou critérios de avaliação, considerando que é dever do examinando estar ciente das normas contidas em Edital.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio de rascunho.
8. Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de prova somente após 2 (duas) horas do seu início, sendo também liberada a entrega do caderno de provas no momento de sua saída. Ao término da prova deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas, que serão utilizados para a correção da prova. O examinando que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do Exame.
9. Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem à assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso algum dos examinandos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo examinando e testemunhado por 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Exame.
10. Ao término da prova, o examinando deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso e a utilização dos sanitários da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos preliminares das questões objetivas serão divulgados no dia 13 de novembro de 2023.
- O examinando poderá apresentar recursos, desde que devidamente fundamentados, de 00h00min do dia 14 de novembro de 2023 às 23h59min do dia 16 de novembro de 2023. Para recorrer, o examinando deverá encaminhar sua solicitação ao Instituto Consulplan, por meio do campo de Interposição de Recursos, na página referente a este Exame de Qualificação Técnica (EQT), no endereço eletrônico do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.
- Os espelhos das respostas às questões dissertativas (imagem digital) serão disponibilizados na *internet*, no dia 20/12/2023, na página do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br), no ambiente do examinando.
- Os examinandos poderão solicitar revisão das questões dissertativas do EQT (QTG, Perícia, CVM, BCB, Susep e Previc), das 00h00min do dia 21/12/2023 até às 23h59min do dia 22/12/2023, devendo o pedido ser enviado ao Instituto Consulplan, conforme orientação constante no endereço eletrônico (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos pedidos de revisão via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.